

# **PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO  
COMPLETA AOS SISTEMAS AUTOMÁTICOS DE  
DETEÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS  
MUNICIPAIS, EM ESCOLAS PÚBLICAS E NOS CENTROS  
DE SAÚDE DO CONCELHO DE CASCAIS

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Proc. nº 444/DCP/2025

## ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS .....	4
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
Cláusula 1ª - Objeto .....	4
Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual.....	4
Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato .....	4
Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	5
Secção I - Obrigações do adjudicatário .....	5
Cláusula 4.ª - Prestação de serviços .....	5
Cláusula 5ª - Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais .....	5
Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços .....	6
Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário .....	6
Cláusula 8ª - Responsabilidade .....	6
Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo .....	7
Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo .....	7
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais .....	7
Cláusula 11ª -Gestor do Contrato .....	7
Cláusula 12ª - Preço contratual .....	7
Cláusula 13ª - Preço base.....	8
Cláusula 14ª - Condições de pagamento.....	9
Cláusula 15ª - Adiantamentos.....	10
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....	10
Cláusula 16ª - Penalidades contratuais.....	10
Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal.....	10
Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário .....	11
Cláusula 19ª - Força maior .....	11
Capítulo IV - Resolução de litígios .....	12

Cláusula 20ª - Foro competente .....	12
Capítulo V - Disposições finais.....	13
Cláusula 21ª - Caução e Seguros .....	13
Cláusula 22ª - Publicidade .....	13
Cláusula 23ª - Comunicações e notificações.....	13
Cláusula 24ª - Contagem dos prazos .....	13
Cláusula 25ª - Legislação aplicável .....	13
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	13
Cláusula 26ª - Especificações técnicas.....	14

## **PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1ª - Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção completa dos sistemas automáticos de deteção e extinção de incêndios, instalados em edifícios municipais, escolas públicas e centros de saúde sob gestão do Município de Cascais, identificados no Anexo A, em conformidade com as condições técnicas estabelecidas na clausula 26ª do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual**

- 1.** A subcontratação pelo Contraente Privado e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2.** Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto no artigo 316º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.
- 3.** Para efeitos da autorização prevista no número 1:
  - a) Devem ser apresentados pelo cessionário ou subcontratado todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
  - b) O Contraente Público deverá apreciar, designadamente, se o cessionário ou subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
- 4.** Nos casos de incumprimento, pelo co-contratante, das suas obrigações, este deverá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no artigo 318.º -A do CCP.
- 5.** Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do fornecimento.

#### **Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato**

- 1.** O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e rege-se:
  - a) Pelas cláusulas dele constantes;

- b) Pelo estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, nos termos do nº 2;
- c) Pelo disposto no Código dos contratos Públicos (CCP), aprovado pelo D.L. 18/20018, de 29 de janeiro, na sua atual redação, demais legislação aplicável à contratação pública e legislação aplicável aos bens postos a concurso.

**2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:**

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.

**3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.**

## **Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do adjudicatário**

#### **Cláusula 4.ª - Prestação de serviços**

- 1.** O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, com as características e qualidade definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
- 2.** O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419ºA do CCP, com as devidas adaptações, nos termos do exigido no nº 13 do artigo 42º do mesmo código.
- 3.** A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo adjudicatário que não apresentem a qualidade e características técnicas exigidas.

#### **Cláusula 5ª – Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais**

O adjudicatário assegura que cumpre com a legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD – Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e, em particular:

- a) Assegura que os seus colaboradores autorizados a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos termos do RGPD;
- b) Assegura que, no âmbito dos serviços a prestar, objeto do presente contrato, adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;

- c) Assegura a capacidade de prestar a necessária assistência à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados, sem prejuízo da necessidade da sua conservação, durante o prazo, legalmente fixado ou por esses serem necessários em processo judicial ou em execução de norma especial;
- d) Garante mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- e) Garante capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28.º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à Entidade Adjudicante, consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços objeto do contrato e decorrido o prazo para a sua conservação.

## **Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços**

1. O contrato que se pretende celebrar com o presente procedimento inicia a sua vigência na data de envio da Nota de Encomenda/Requisição Externa, por parte da entidade adjudicante.
2. O prazo máximo de vigência do contrato tem a duração de 36 meses, tendo em conta as tarefas, periodicidade e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas constantes do presente Caderno de Encargos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
3. O contrato cessa automaticamente quando forem faturados os valores constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

## **Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário**

1. Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento da prestação do serviço, deve ser de imediato comunicada ao serviço competente (Divisão de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais) através do gestor do contrato conforme cláusula 11ª deste caderno.
2. Ao gestor do contrato caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal da prestação do serviço.

## **Cláusula 8ª - Responsabilidade**

1. O adjudicatário assume integral responsabilidade pela prestação de serviços contratada, sendo o único responsável perante a CMC, pela boa execução e cumprimento da mesma.
2. O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação do serviço, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela CMC.

3. Em qualquer altura e logo que solicitado pela CMC, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
4. As ações de supervisão e controlo da CMC em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere à prestação do serviço.

## **Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CMC, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## **Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais**

### **Cláusula 11ª - Gestor do Contrato**

Será designado o gestor do contrato para acompanhar a execução do mesmo.

### **Cláusula 12ª - Preço contratual**

1. Pela prestação de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CMC deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CMC.
3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:

- a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega;
- b) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
- c) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
- d) Encargos com telecomunicações e correios;
- e) Tradução de documentos;
- f) Reprodução de documentos;
- g) Equipamento e consumíveis de escritório.

4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.

## Cláusula 13ª - Preço base

1. O preço base para a totalidade da prestação dos serviços é de 510.000,00€ (quinhentos e dez mil euros), distribuído da seguinte forma:

a) Manutenção preventiva: Valor global máximo de 270.000,00 € (duzentos e setenta mil euros), valor sujeito à concorrência, acrescido de IVA, com a seguinte distribuição anual:

- Ano de 2025: 22.500,00 €;
- Ano de 2026: 90.000,00 €;
- Ano de 2027: 90.000,00 €;
- Ano de 2028: 67.500,00 €.

b) Manutenção corretiva (incluindo substituição de equipamentos): Valor contratual máximo de 240.000,00 € (duzentos e quarenta mil euros), não submetido à concorrência, acrescido de IVA, em que a liquidação ocorrerá com base nos serviços efetivamente prestados e/ou nos bens fornecidos, mediante solicitação prévia e aceitação por parte da entidade adjudicante, em conformidade com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, não havendo lugar a qualquer pagamento de qualquer valor remanescente existente sobre o valor contratual máximo, se o prazo máximo de vigência contratual (36 meses) findar primeiro.

b)1. A manutenção corretiva considerará, para além dos preços unitários propostos para os equipamentos/materiais\*, o valor proposto para deslocação e o valor/hora da mão-de-obra, estipulando-se como preço base unitário os seguintes valores:

### Fator deslocação:

Deslocação	Preço base
Preço base deslocação em hora normal (dias uteis- 8h às 17h)	€ 30,00



Preço base deslocação em hora extraordinária (dias úteis – 17h01 às 7h59)	€45,00
Preço base deslocação por hora para sábados, domingos e feriados	€60,00

**Fator valor/hora mão-de-obra:**

Preço base por hora normal (dias uteis- 8h às 17h) (a)	€ 32,00
Preço base por hora extraordinária (dias úteis – 17h01 às 7h59) (b)	€41,50
Preço base por hora para sábados, domingos e feriados (c)	€64,00

(a) (b) (c)-O preço hora é contabilizado como tempo de trabalho na instalação da entidade adjudicante

**\*equipamentos/material-** Conforme anexo “C” (CE) preço base unitário do material

2. Os valores indicados não incluem o Imposto sobre Valor Acrescentado.
3. Nenhum preço base poderá ser ultrapassado.
4. O preço base atrás mencionado foi definido considerando a média de valores aferidos em consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. Nos termos do artigo 35º-A do Código dos Contratos Públicos, os interessados podem requerer o acesso à informação administrativa, que se encontra patente no Departamento de Contratação Pública, sito na Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118, 1º Andar, 2750-281 Cascais, durante as horas de expediente, (das 9.00h às 13.00h e das 14.00h às 17.00h) até ao termo do prazo para a apresentação das propostas.

**Cláusula 14ª - Condições de pagamento**

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e o constante no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.
2. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada sob tecnologia Electronic Data Interchange (E.D.I.) no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety ou no portal de faturação ilink da acinGov.

3. Podem ser propostos pagamentos parcelares, não havendo, contudo, lugar a adiantamentos, conforme resulta da cláusula 15ª do presente caderno encargos.

## **Cláusula 15ª - Adiantamentos**

No âmbito do presente procedimento não há lugar a adiantamentos.

## **Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução**

### **Cláusula 16ª - Penalidades contratuais**

1. Pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do contrato, a CMC pode exigir ao prestador dos serviços o pagamento de uma sanção pecuniária pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços solicitados, e por causa imputável ao prestador dos serviços, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, até 20% do preço contratual correspondente à fase em questão, nos seguintes termos:
  - a) Indisponibilidade de equipamentos por incumprimento da manutenção corretiva: €250,00 por dia/equipamento;
  - b) Atraso superior a 24 horas na entrega de elementos técnicos (materiais, prazos, preços e estimativas) após solicitação da entidade adjudicante: €250,00 por dia/equipamento;
  - c) Atraso superior a 120 minutos na resposta aos níveis de serviço definidos no ponto B.3., previstos nos critérios de adjudicação: €250,00 por cada 60 minutos adicionais;
  - d) Não realização de tarefas constantes no plano de manutenção preventiva: €100,00 por tarefa/equipamento;
  - e) Incumprimento do número mínimo de trabalhadores afetos ao contrato: €500,00 por trabalhador/dia;
  - f) Atraso na entrega de documentos técnicos obrigatórios: €100,00 por instalação/dia. O valor acumulado das sanções eventualmente aplicadas ao abrigo da presente cláusula não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato, prevista na cláusula seguinte.

### **Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal**

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a CMC pode resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.
2. No caso previsto no número anterior, a CMC pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato, não podendo, no entanto, o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.
4. Considera-se incumprimento definitivo do contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CMC não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.
8. A CMC, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

## **Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário**

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º (ex vi artigo 451.º) do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. No caso previsto no ponto 2 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

## **Cláusula 19ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou às de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou de sociedades dos seus subcontratados;
  - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **Capítulo IV - Resolução de litígios**

### **Cláusula 20ª - Foro competente**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo V - Disposições finais**

### **Cláusula 21ª – Caução e Seguros**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 22ª - Publicidade**

O adjudicatário não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da CMC.

### **Cláusula 23ª - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito, nos termos definidos no número anterior, à outra parte.

### **Cláusula 24ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 25ª - Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

## **PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**

## **Cláusula 26ª - Especificações técnicas**

Aquisição de serviços de manutenção completa aos sistemas automáticos de deteção e extinção de incêndios em Edifícios Municipais, em Escolas Públicas e nos Centros de Saúde do Concelho de Cascais identificados no Anexo A ao presente caderno de encargos, de acordo com as seguintes especificações:

### **1. Âmbito**

1.1. O número de instalações indicado no Anexo A é meramente indicativo, podendo ser acrescido até ao limite de 5% sem encargos adicionais para a entidade adjudicante, no âmbito da manutenção preventiva contratualizada.

1.2. A superação desse limite, por motivos de gestão municipal devidamente justificados, poderá fundamentar a modificação objetiva do contrato, nos termos do artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

1.3. Para efeitos de reequilíbrio financeiro contratual, em caso de alteração da quantidade de equipamentos ou instalações, observar-se-á o seguinte:

- a) Os preços a aplicar deverão ser iguais ou inferiores aos contantes da proposta adjudicada para equipamentos da mesma natureza ou funcionalidade equivalente;
- b) Não será permitido aumento dos preços unitários inicialmente propostos;
- c) Os preços de bens e consumíveis poderão ser objeto de negociação específica, sujeitos à aceitação expressa do Município.

### **2. Caracterização dos Serviços a Prestar**

2.1. Os serviços incluem:

- a) Manutenção preventiva, de carácter periódico e sistemático;
- b) Manutenção corretiva, visando a reposição da normalidade funcional dos sistemas;
- c) Manutenção de emergência e urgência, nos termos das condições abaixo descritas;
- d) Assistência técnica permanente e apoio à exploração dos sistemas;
- e) Elaborar diagnósticos técnicos e propor de melhoria.

2.2. Os sistemas abrangidos incluem:

- a) Sistemas automáticos de deteção de incêndios e painéis repetidores;
- b) Sistemas automáticos de deteção de gases;
- c) manutenção dos carretéis;
- d) Sistemas automáticos de extinção de incêndios por gases gasosos;
- e) Sistemas de desenfumagem natural e forçada;
- f) Sistemas automáticos de extinção de incêndio por aerossóis sólidos;
- g) Sistemas fixos de extinção automáticos por água (sprinklers);
- h) Meios passivos de proteção contra incêndios.

### 3. Manutenção Preventiva

Tarefas a realizar na manutenção preventiva constantes do "anexo B" ao caderno de encargos

#### 3.1. Execução técnica

3.1.1 A manutenção preventiva será executada em conformidade com as normas técnicas e legais em vigor e de acordo com as especificações dos fabricantes dos equipamentos.

3.1.2 Compete ao adjudicatário suportar todos os encargos inerentes à realização de ensaios, testes funcionais e calibrações e simulações de atuação real dos sistemas, sempre que tal seja tecnicamente viável ou legalmente exigido.

#### 3.2. Plano de manutenção

3.2.1 O Adjudicatário deverá elaborar, com periodicidade trimestral, um plano de manutenção preventiva para cada instalação, a submeter à aprovação da entidade adjudicante, com base nas tarefas descritas.

3.2.2 O plano deverá incluir as ações previstas e respetiva periodicidade, e a metodologia de registo e reporte das intervenções.

#### 3.3. Relatórios técnicos

Após cada intervenção, o adjudicatário deverá remeter à entidade adjudicante, no prazo máximo de 10 dias úteis, um relatório técnico, contendo:

- a) Data, local e identificação dos técnicos;
- b) Descrição das tarefas executadas;
- c) Resultado dos testes realizados;
- d) Anomalias detetadas e proposta de correção;
- e) registo fotográfico, quando aplicável.

#### 3.4. Frequência das Intervenções

4.1.1 As intervenções deverão ocorrer, no mínimo, conforme a periodicidade estabelecida abaixo, salvo disposição legal ou técnica em contrário:

Descrição	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Sistemas automáticos de deteção de incêndio e painéis repetidores	X	X	X	X

Sistemas automáticos de deteção de Gases		X		X
Manutenção dos carretéis	X			
Sistemas automáticos de extinção de incêndio por gases gasosos	X	X	X	X
Sistemas de desenfumagem natural e forçada	X		X	
Sistemas automáticos de extinção de incêndio por aerossóis sólidos	X		X	
Sistemas fixos de extinção automáticos por água (Sprinklers)	X	X	X	X
Meios passivos de proteção contra incêndios	X	X	X	X

4.1.2 A primeira vistoria será agendada por acordo entre as partes, após a celebração do contrato. As subsequentes realizar-se-ão de forma automática, conforme calendário previsto, salvo instrução em contrário da entidade adjudicante.

### 3.5. Horário de execução

- 4.1.1 As intervenções ocorrerão em dias úteis, preferencialmente entre as 09h00 e as 13h00 e entre as 14h00 e as 17h00;
- 4.1.2 Sempre que necessário, por imperativos operacionais dos edifícios, o horário poderá ser ajustado por mútuo acordo;
- 4.1.3 Caso alguma vistoria coincida com um sábado, domingo ou feriado nacional, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte.

## 4. Manutenção corretiva

4.1. **Manutenção corretiva não programada:** integra todas as intervenções destinadas à reposição do normal funcionamento dos sistemas, na sequência da deteção de avarias, anomalias ou falhas.

4.1.1 Sempre que seja necessária a substituição de equipamentos, o adjudicatário deverá remeter, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, relatório técnico detalhado e orçamento



discriminado, com base nos valores constantes do "Anexo C" (do programa- preços propostos pelo concorrente).

- 5.1.2 Após a aceitação do orçamento, o adjudicatário deverá assegurar:
- (i) Substituição de equipamentos no prazo máximo de 72h;
  - (ii) Reparações simples ou sem substituição integral, no prazo máximo de 24h.
- 5.1.3 Em caso de recusa do orçamento, a entidade adjudicante poderá adquirir os equipamentos por meios próprios, competindo ao adjudicatário proceder à respetiva instalação sem qualquer acréscimo de custos para a entidade adjudicante.
- 5.1.4 Sempre que a intervenção implique alterações técnicas ou funcionais nas instalações, o adjudicatário entregará, no prazo de 15 dias úteis, relatório técnico e plantas atualizadas à escala 1:100, em formato físico e digital. A versão provisória da documentação deverá acompanhar a entrada em funcionamento do sistema.
- 5.1.5 Estas intervenções serão objeto de faturação detalhada, por instalação e tipo de serviço, devendo os respetivos relatórios ser validados pelo serviço gestor do contrato.
- 4.2. **Manutenção corretiva de emergência:** aplicável a situações que comprometam, de forma grave e iminente, a segurança de pessoas e bens ou o normal funcionamento das instalações.
- 4.2.1 A solicitação será efetuada através da linha de apoio técnico (excluindo centros de atendimento automatizados), devendo o adjudicatário mobilizar de imediato a equipa de piquete;
- 4.2.2 Sempre que se verifique a necessidade de materiais ou componentes, o adjudicatário deverá, no prazo máximo de 24 horas, apresentar:
- (i) listagem dos materiais;
  - (ii) prazos de fornecimento;
  - (iii) proposta de preço;
  - (iv) estimativa da duração da intervenção.
- 4.2.3 A reposição funcional do sistema deverá ocorrer no prazo máximo de 48 horas, salvo motivo devidamente justificado e aceite pela entidade adjudicante.
- 4.2.4 A equipa de piquete será composta por técnicos qualificados, cuja composição deverá ser previamente comunicada à entidade adjudicante.
- 4.3. **Manutenção corretiva de urgência:** refere-se às intervenções destinadas à resolução de anomalias que, não representando perigo imediato, possam comprometer o normal funcionamento das instalações ou originar danos adicionais.
- 4.3.1 O início da intervenção deverá ocorrer no prazo máximo de 12 horas após a notificação da entidade adjudicante;
- 4.3.2 Quando se justificar a substituição de componentes, o adjudicatário apresentará, no prazo máximo de 24 horas:
- a) descrição técnica dos componentes;
  - b) prazos de fornecimento;
  - c) proposta de orçamento;
  - d) estimativa de conclusão da intervenção.
- 4.3.3 A anomalia deverá ser resolvida no prazo máximo de 72 horas, salvo justificação devidamente fundamentada e aceite.

4.3.4 A equipa técnica deverá possuir habilitações adequadas à natureza da intervenção, sendo da exclusiva responsabilidade do adjudicatário a sua constituição e disponibilidade

## 5. Obrigações do adjudicatário

5.1 O Adjudicatário compromete-se a assegurar a execução de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva nos termos definidos no presente caderno de encargos, garantindo a operacionalidade, fiabilidade e segurança dos sistemas de deteção e extinção de incêndios.

5.2 O piquete de serviço deverá garantir as modalidades possíveis de disponibilidade:

Serviço de Piquete / Disponibilidade
Piquete disponível 24horas – 7 dias /semana
Piquete disponível 16 horas -7dias/semana
Piquete disponível menos de 16 horas – 7 dias/semana

E os seguintes tempos de resposta:

Classificação dos níveis de serviço	Tempo de resposta (TR)
Emergência (PTRME)	Até 1 hora
	>1 hora e ≤ 2 horas
Urgência (PTRMU)	>2horas e ≤ 3 horas
	>3horas e ≤4 horas
	>4 horas e ≤ 6 horas
Não programada (PTRMNP)	>6horas e ≤12 horas
	>12horas e ≤18horas
	>18horas e ≤24horas

5.3 Constituem obrigações específicas do adjudicatário:

### 5.2.1 Recursos humanos e direção técnica

- Disponibilizar uma equipa técnica composta por, no mínimo, dois técnicos e um responsável técnico, devidamente credenciado pela ANEPC;
- Assegurar a direção técnica e fiscalização das operações realizadas, garantindo o cumprimento das exigências contratuais e legais em todas as fases da execução;
- Garantir que todos os técnicos possuem as habilitações e certificações legalmente exigidas para a execução dos serviços;

- d) Substituir, a pedido da entidade adjudicante, qualquer elemento da equipa considerado inadequado ao desempenho das funções contratadas.

## 5.2.2 Planeamento e execução

- a) Submeter, com antecedência mínima de 5 dias úteis relativamente ao início de cada trimestre, o plano de manutenção preventiva aplicável às instalações sob gestão municipal;
- b) Elaborar, no prazo máximo de 30 dias após o início do contrato, um relatório inicial de diagnóstico técnico dos equipamentos, incluindo propostas de ajustamento ao plano de manutenção, quando aplicável;
- c) Realizar todas as operações de manutenção previstas no Anexo B, respeitando a periodicidade mínima estabelecida;
- d) Afixar, junto a cada equipamento intervencionado, etiqueta autocolante com a data da última manutenção, de forma visível e duradoura.

## 5.2.3 Relatórios e registos

- a) Remeter os relatórios técnicos das intervenções no prazo e com os elementos definidos neste caderno de encargos;
- b) Os relatórios deverão ser elaborados em português, em formato digital, contendo: identificação do local, tipo e marca dos equipamentos, estado de operacionalidade, registo técnico e proposta de substituição ou reconfiguração, se aplicável;
- c) Manter atualizado o registo técnico das intervenções, remetendo mensalmente um mapa resumo em formato digital (excel), com discriminação de locais, serviços executados e respetivos custos.

## 5.2.4 Apoio técnico

- a) Assegurar serviço de apoio técnico permanente, com contactos diretos de técnicos qualificados, excluindo a utilização de centros de atendimento automatizados;
- b) Designar um interlocutor técnico responsável pela articulação operacional com a entidade adjudicante.

## 5.2.5 Qualidade, segurança e responsabilidade

- a) Garantir a execução dos serviços com recurso a meios técnicos, humanos e materiais adequados, incluindo equipamentos de elevação compatíveis com as condições dos edifícios;
- b) Realizar ações de controlo de qualidade e inspeções técnicas periódicas aos sistemas abrangidos;
- c) Assegurar o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, ambiente, proteção de dados e relações laborais;
- d) Assumir total responsabilidade por danos causados durante a execução do contrato, incluindo os decorrentes de atuação de subcontratados ou terceiros por si mobilizados;
- e) Alertar de imediato a entidade adjudicante para qualquer circunstância que comprometa a segurança, o normal funcionamento das instalações ou a execução do contrato.

5.2.6 Continuidade da manutenção: Sempre que a prestação dos serviços de manutenção de determinado equipamento se encontre impossibilitada por garantia de obra, códigos de acesso ou outras limitações técnicas, o adjudicatário deve recorrer, a suas expensas, ao fornecedor ou instalador original do sistema, assegurando a continuidade do serviço. Compete-lhe igualmente, sem encargos para a entidade adjudicante, criar códigos de acesso, quando necessário.

## 5.2.7 Utilização de materiais e substituição de peças ou componentes:

- a) É da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento de todos os materiais consumíveis necessários à realização das atividades de manutenção.
- b) A substituição de qualquer peça ou componente deverá ser previamente comunicada à entidade adjudicante, mediante a apresentação de relatório técnico justificativo, ficando a respetiva remoção sujeita a autorização prévia.
- c) Os preços dos materiais constantes do Anexo C são considerados vinculativos.
- d) As quantidades indicadas no referido anexo revestem natureza meramente estimativa, podendo ser ajustadas consoante as necessidades verificadas no decurso da execução contratual.
- e) O fornecimento dos materiais necessários à execução do contrato será efetuado de acordo com as necessidades efetivamente apuradas, até ao limite do montante contratualmente fixado.

## 6. Condições da prestação de serviço do adjudicatário

- 6.1 Integridade dos equipamentos: O adjudicatário deve assegurar que os selos de proteção e demais dispositivos de integridade dos equipamentos não sejam violados durante qualquer intervenção, mantendo a conformidade dos sistemas com os requisitos aplicáveis.
- 6.2 Execução das intervenções: Todas as alterações, modificações ou intervenções nos sistemas abrangidos pelo contrato devem ser realizadas exclusivamente por técnicos qualificados, sob supervisão de um responsável técnico devidamente credenciado pela ANEPC.
- 6.3 Responsabilidade pelos danos: o adjudicatário assume total responsabilidade por quaisquer danos causados aos equipamentos durante as intervenções, obrigando-se à sua reparação ou indemnização à entidade adjudicante, no prazo e condições acordados;
- 6.4 Cumprimento de prazos: o adjudicatário deve cumprir rigorosamente os prazos definidos no presente Caderno de encargos, bem como elaborar relatórios técnicos que comprovem a conformidade dos serviços executados com os requisitos contratuais e regulamentares, submetendo-os à validação da entidade adjudicante.

## 7. Obrigações da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais, incumbe à entidade adjudicante:

- 7.1 Garantir ao adjudicatário o livre acesso às instalações abrangidas pelo contrato, nos períodos previamente acordados e de acordo com os procedimentos de segurança aplicáveis;
- 7.2 Disponibilizar, em tempo útil, todos os elementos e informações técnicas necessários à correta execução dos serviços;
- 7.3 Designar, após a celebração do contrato, os interlocutores responsáveis pelo acompanhamento técnico e administrativo da sua execução, que servirão de elo de ligação com o adjudicatário;
- 7.4 Analisar e aprovar o plano de trabalhos a apresentar pelo adjudicatário, podendo solicitar, fundamentadamente, os ajustes que entender convenientes.

## 8. Pessoal e meios técnicos afetos ao contrato

### 8.1 Recursos humanos

- a) O adjudicatário deve garantir pessoal em número e qualificação adequados à execução eficiente dos serviços;
- b) São obrigatórios, no mínimo:
  - Dois técnicos com experiência comprovada, mínima de cinco anos, na manutenção de sistemas de segurança contra incêndios;

- Um engenheiro, preferencialmente com formação superior em engenharia eletrotécnica ou eletromecânica, credenciado pela ANPC, o qual será responsável pela supervisão técnica.
- c) As qualificações devem ser comprovadas por currículos e certificados;
- d) A entidade adjudicante poderá exigir a substituição de pessoal ou meios técnicos considerados inadequados, sem que tal implique revisão de preços.

8.2 Meios técnicos: O adjudicatário deve afetar, de forma exclusiva, pelo menos, uma viatura equipada com as ferramentas adequadas, bem como os meios técnicos e logísticos necessários, incluindo equipamentos de elevação compatíveis com as instalações.

## **9. Segurança, identificação e tratamento de resíduos**

### **9.1 Segurança e identificação**

- a) O adjudicatário deve implementar todas as medidas de segurança adequadas à execução dos serviços em locais de acesso público, garantindo a integridade de pessoas e bens;
- b) Os técnicos devem apresentar-se uniformizados e identificados, com cartão visível da empresa e identificação pessoal.

### **9.2 Limpeza e resíduos**

- a) Após cada intervenção, o adjudicatário é responsável pela limpeza da área de trabalho e pela remoção de resíduos gerados.
- b) O tratamento e destino final dos resíduos deverão obedecer à legislação ambiental em vigor, garantindo a entrega a operadores devidamente licenciados.
- c) O adjudicatário compromete-se a remeter à entidade adjudicante, no prazo máximo de 15 dias após a conclusão dos serviços, a respetiva Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR).